

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 908.433 - SP (2016/0105308-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **MARIANO INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA**
ADVOGADO : **ANDRÉ LUIZ TRONCOSO - SP097672**
AGRAVADO : **ROSA ROSSETTI PALA**
ADVOGADO : **MOACYR ROSAN E OUTRO(S) - SP034704**
AGRAVADO : **IZABELLA SANTANA PALA**
AGRAVADO : **HELOISA SANTANA PALA**
ADVOGADO : **JOÃO BATISTA QUEIROZ E OUTRO(S) - SP076200**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por MARIANO INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 137):

RESCISÃO CONTRATUAL EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FALECIMENTO DE ADVOGADO. NULIDADE DAS INTIMAÇÕES. INOCORRÊNCIA. PLURALIDADE DE CAUSÍDICOS. INTIMAÇÕES REALIZADAS EM NOME DOS DEMAIS. Insurgência contra decisão que rejeitou a alegação de nulidade das intimações realizadas após o falecimento de um dos patronos da agravante. Decisão mantida. Havendo pluralidade de advogados da mesma parte, todos regularmente intimados pela imprensa, o falecimento de um deles não importa nulidade das intimações, mormente quando não houve informação da parte a respeito. Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no artigo 245, parágrafo único do CPC/1973, defendendo a anulação de atos processuais que estariam prejudicados ante a irregularidade nas intimações feitas em nome de patrono da recorrente que à época estava falecido; e ainda alega violação ao artigo 50 do CC e artigo 130 do CPC/1973, por não se ter analisado o pleito de reforma da decisão que desconsiderou a personalidade jurídica da recorrente.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 163-166.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irrisignação não prospera.

2.1 Inicialmente, sustenta a recorrente que a intimação feita em 14/10/2013, bem como as intimações subsequentes, foram absolutamente nulas, pois ocorreram em nome apenas patrono da então agravante, JOSÉ TRONCOSO JÚNIOR (OAB 10.268/SP), já falecido desde o dia 19/07/2010, conforme certidão apresentada ao Juiz de primeiro grau no dia 14/08/2014.

Narra que em 28/04/1999 houve substabelecimento em caráter exclusivo em favor do advogado falecido, e que por essa razão todas as Intimações passariam a ser dirigidas apenas a ele.

Acerca de tais alegações assim se pronunciou o Tribunal de origem (fls. 137-138):

Não prospera a irresignação.

Com efeito, ao contrário do que sustenta a agravante, o advogado falecido (José Troncoso Júnior) não era o único patrono por ela constituído nos autos.

Havia ainda outros dois profissionais para os quais se outorgara procuração (p. 33) que, ao que consta do instrumento de agravo, não havia sido revogada até o momento em que o subscrevente do recurso foi constituído (agosto/2014, conforme manifestação de fls.

112).

Referidos advogados (Umberto di Ciero e Maria Antonieta Leis) constaram de todas as publicações em nome da agravante juntamente com o falecido Dr. José (ps. 87 e 89).

Essa circunstância é relevante, pois a disciplina das nulidades no processo civil está atrelada à ideia de prejuízo (pas de nullité sans grief): se os outros advogados constituídos foram intimados, eventual inércia em praticar atos destinados a promover o interesse da agravante diz respeito à sua própria responsabilidade profissional, não a problema causado pelo Poder Judiciário.

Desse modo, não há como reconhecer qualquer nulidade nas intimações.

A conclusão a que chegou o Tribunal **a quo**, no sentido de que incorreu nulidade nas intimações tendo em vista terem sido realizadas em nome dos demais causídicos, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso especial.

2.2 Melhor sorte não socorre à recorrente quanto a desconsideração de sua personalidade jurídica. Quanto à questão o Tribunal assentou (fl. 139):

A agravante argumenta, ainda, que a desconsideração de sua personalidade jurídica não havia sido decidida na origem, pugnando pela sua apreciação nesta sede. Sua alegação está centrada na ideia de que a ação ordinária foi movida exclusivamente contra a pessoa jurídica Mariano Indústria de Cerâmica Ltda., sendo certo que, em momento algum, houve, fosse na fase de conhecimento, fosse na fase executória, a inclusão, por meio de devida decisão, de pessoas físicas no polo passivo do feito (p. 12).

Com efeito, a ação foi proposta em face apenas da agravante “nas pessoas de seus representantes legais” José Baptista, Amaury, Antonio, Pedro e Juliano (p. 20). Em razão disso, apenas a agravante foi citada e contestou (p. 39), somente contra ela foi dirigida a condenação em sentença (ps. 38/45), o recurso de apelação foi interposto exclusivamente

pela ora agravante (ps. 46/63) e o acórdão faz menção unicamente a ela (ps. 65/68).

Sendo assim, não se formou título executivo em face das pessoas físicas indicadas no cumprimento de sentença (p. 106 e seguintes).

Ocorre, entretanto, que, ao que se extrai do instrumento de agravo, nenhum ato foi praticado em desfavor dos sócios, vez que houve apenas a tentativa de bloqueio online de ativos da conta da agravante.

Nesse cenário, indiferente tenha sido o cumprimento de sentença iniciado nominalmente em face da agravante e das pessoas físicas, posto que o requerimento de que todos respondessem pela condenação, ao que tudo indica, não foi apreciado em primeiro grau (p. 130).

Não tendo havido manifestação a respeito na origem, inviável o enfrentamento da pretensão nesta sede, sob pena de indevida supressão de instância.

Consigna-se, por fim, que, nos moldes em que a questão da desconsideração da personalidade jurídica foi posta na decisão agravada (p. 130), é inclusive questionável o interesse recursal da agravante para suscitá-la nesta sede, uma vez que se está diante de pretensão que até o momento não a prejudicou e somente poderia beneficiar a parte contrária. Também por isso não se pode acolher o inconformismo.

Desse modo, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator